FACULDADE DOCTUM DE VITÓRIA

CURSO DE DIREITO

FELIPE LEONARDO ROSADO

**AS DIFICULDADES DE CONSTITUIÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA PARA ADVOGADOS EM INÍCIO DE CARREIRA E A VIABILIDADE DA SOCIEDADE UNIPESSOAL DE ADVOCACIA IMPLANTADA PELA LEI 13.247/16**

VITÓRIA

2019

FACULDADE DOCTUM DE VITÓRIA

CURSO DE DIREITO

FELIPE LEONARDO ROSADO

**AS DIFICULDADES DE CONSTITUIÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA PARA ADVOGADOS EM INÍCIO DE CARREIRA E A VIABILIDADE DA SOCIEDADE UNIPESSOAL DE ADVOCACIA IMPLANTADA PELA LEI 13.247/16**

Artigo científico apresentado ao curso de Direito da Faculdade Doctum de Vitória, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Direito.

Área de concentração: Direito Empresarial e Direito tributário.

Orientador: Prof. Paulo Cesar de Carvalho.

VITÓRIA

2019

**AS DIFICULDADES DE CONSTITUIÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA PARA ADVOGADOS EM INÍCIO DE CARREIRA E A VIABILIDADE DA SOCIEDADE UNIPESSOAL DE ADVOCACIA IMPLANTADA PELA LEI 13.247/16**

Felipe Leonardo Rosado[[1]](#footnote-1)

Prof. Orientador de Conteúdo: Paulo Cesar de Carvalho[[2]](#footnote-2)

Prof.ª Orientadora de Metodologia: Marianne Rios de Souza Martins[[3]](#footnote-3)

**RESUMO**

O presente artigo busca apresentar como uma alteração legislativa no estatuto da OAB trouxe a possibilidade do advogado em início de carreira organizar seu escritório em termos tributários através da sociedade unipessoal de advocacia, que possibilitou a adesão da categoria ao regime de tributação do Simples Nacional. Porém mesmo após a implementação de medidas que buscam facilitar o desenvolvimento da atividade profissional, ainda se presencia grande êxodo de profissionais que desistem da advocacia por não conseguirem se estabelecer no mercado, levantando assim o questionamento sobre quais as dificuldades que o advogado em início de carreira encontra para formalização de sua personalidade jurídica e, quais os benefícios desta em relação à atuação como advogado autônomo? Tendo esse problema real como ponto de partida foi possível entender, através da metodologia hipotético-dedutiva, que um dos principais motivos do profissional não utilizar uma das ferramentas disponibilizadas a ele é a falta de conhecimento e interesse sobre ela. A pesquisa ainda buscou expor como a regularização de uma personalidade jurídica pode se tornar um fator de peso no sucesso do profissional que atua na advocacia. Também se fez oportuno no processo de elaboração da pesquisa avaliar como a comunidade profissional enxerga a inovação proposta pela Lei 13.247/16.

**Palavras-chave:** Sociedade Unipessoal de Advocacia, Regime de Tributação Diferenciado, Planejamento Tributário.

**ABSTRACT**

The present article seeks to introduce how a new legislative alteration in the advocacy statute who brings the possibility of the new lawyer organizes your office in tributary terms through the unipersonal advocacy society, that creates a possibility of the category to join in the tax regime named “Simples Nacional”, However, even after the implementation of measures that seek to facilitate the development of professional activity, there is still a great exodus of professionals who drop out of the law because they can not establish themselves in the market, thus raising the question about the difficulties that the lawyer at the beginning of his career to formalize its legal personality and, what are its benefits in relation to acting as a freelance lawyer? Having this real problem as a starting point it was possible to understand, through the hypothetic-deductive methodology, that one of the main reasons for the professional not to use one of the tools made available to him is the lack of knowledge and interest about it. The research also sought to expose how the regularization of a legal personality can become a factor of weight in the success of the professional that works in the law. It was also opportune in the process of elaborating the research to evaluate how the professional community sees the innovation proposed by Law 13247/16.

**Keywords:** Unipersonal Advocacy Society, Differential Taxation Regime, Tax Planning.

**INTRODUÇÃO**

A presente pesquisa busca traçar uma análise fática demonstrando os motivos de muitos advogados ao iniciar suas atividades decidem não constituir uma personalidade jurídica e optam pela atuação como profissional liberal, mesmo com as vantagens oferecidas pelo regime diferenciado que é proposto à classe.

Essa abordagem considera relevante o tema pelo fato de que a organização tributária e financeira de um escritório em desenvolvimento seria fator fundamental para que este se estruture e mantenha-se no mercado, uma vez que não são raros os casos de estudantes recém formados que desistem da advocacia nos primeiros anos de atividade, pois não conseguem se situar no mercado nem se organizar de modo eficiente e assim obter receita suficiente para manutenção do negócio.

Dessa forma, fazendo uso de método hipotético-dedutivo e partindo do conceito que a organização interna de um escritório, assim como de uma empresa, é fator que pode ser crucial para que este se mantenha no mercado. A pesquisa se tornou assim objeto de grande relevância social ante ao constante êxodo de jovens profissionais da área do Direito por não conseguirem se situar no mercado ou organizar suas atividades e por conseguinte desistindo da advocacia.

Tendo esse marco inicial questiona-se, quais as dificuldades que o advogado em início de carreira encontra para formalização de sua personalidade jurídica e, quais os benefícios desta em relação à atuação como advogado autônomo?

Assim o enfoque da pesquisa será feito do ponto de vista do direito tributário e empresarial, comparando previsões legais pertinentes ao tema, junto ao modo em que agem esses profissionais em seus primeiros passos, bem como a implantação do modelo de sociedade unipessoal pode ser uma eficiente ferramenta no desenvolvimento do advogado recém formado, considerando assim aqueles profissionais com menos de 05 anos de atuação no mercado, contudo sem excluir eventuais benefícios que possam ser concedidos também àqueles profissionais que apesar de possuírem experiência na advocacia não tenham aderido a nenhum tipo societário.

Nesse diapasão será feita uma análise conceitual e procedimental da constituição da personalidade jurídica unipessoal, observando as previsões legais e como a Lei 13.247/16, e infra legais como a Resolução 170/16 do Conselho Federal da OAB, até a plena atividade advocatícia nos moldes propostos, sem deixar de avaliar as consequências práticas desta novidade jurídica.

**1. A CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE UNIPESSOAL DE ADVOCACIA**

A partir da inovação proposta pelo novo Estatuto da Advocacia, com a Lei 13.247/2016, tornou-se possível a instituição da Sociedade Unipessoal de Advocacia no Brasil. Assim deixou de ser necessário como requisito fundamental de existência de uma sociedade a pluralidade de pessoas que a integram.

Nesse ponto existem críticas doutrinárias em relação à nomenclatura e o modo adotado para essa classificação, visto que o direito societário pressupõe mais de um sócio para desempenhar a atividade que se destina a sociedade.

Cabe fazer menção, ainda, aos pressupostos fáticos da existência de qualquer sociedade empresária, que são dois: a affectio societatis e a pluralidade de sócios. O primeiro diz respeito à disposição, que toda pessoa manifesta ao ingressar em uma sociedade empresária, de lucrar ou suportar prejuízo em decorrência do negócio comum. Esta disposição, este ânimo, é pressuposto de fato da existência da sociedade, posto que, sem ela, não haverá a própria conjugação de esforços indispensável à criação e desenvolvimento do ente coletivo. O segundo pressuposto decorre da inexistência, no direito brasileiro, da sociedade unipessoal — salvo duas exceções: a subsidiária integral e a unipessoalidade incidental temporária. Assim, sempre que uma sociedade contratual reduzir-se à unipessoalidade (por morte de um dos dois sócios, sucessão inter vivos ou mortis causa, na cota social, de um ao outro único sócio etc.), e a pluralidade de sócios não se restabelecer no prazo de 180 dias, ela não poderá continuar existindo e deverá ser dissolvida (COELHO, 2011, p. 159)

Contudo, o direito brasileiro passou a abrigar a possibilidade de uma pessoa desenvolver atividade comercial gozando de benefícios até então concedidos apenas a pessoas jurídicas, tais como a separação de patrimônio da pessoa física e jurídica, acesso facilitado a crédito e principalmente possibilidade de adesão a plano de tributação diferenciada.

Nesse sentido faz-se importante traçar pontos em comum entre a sociedade unipessoal de advocacia e as demais espécies societárias de nosso direito pátrio. É importante frisar que em momento algum a sociedade unipessoal de advocacia poderá ser confundida com a chamada Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI) e de igual modo à Microempresa Individual (MEI), uma vez que estes reservam-se exclusivamente à pessoa que venha desempenar atividade empresarial nos termos do Artigo 966 do Código Civil.

Isto se deve ao fato do Advogado não exercer atividade empresarial naquilo que tange aos seus atos privativos, elencados no Artigo 1º do Estatuto da Advocacia.

Art. 1º São atividades privativas de advocacia:

I - a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos juizados especiais;

II - as atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas.

§ 1º Não se inclui na atividade privativa de advocacia a impetração de habeas corpus em qualquer instância ou tribunal.

§ 2º Os atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas, sob pena de nulidade, só podem ser admitidos a registro, nos órgãos competentes, quando visados por advogados. (BRASIL, 1994)

Assim para fins de comparação, a modalidade societária que se adequa à sociedade unipessoal, para estabelecimento de regras gerais deverá ser a sociedade simples, principalmente naquilo que tange à responsabilidade do sócio, que será subsidiária e ilimitada, de modo a resguardar aqueles que com este assumirem relações obrigacionais na medida que a sociedade unipessoal, respeitando as suas características específicas já abordadas, incumbe responsabilidade ao seu único sócio.

Dessa forma, pode-se dizer que a sociedade unipessoal de advocacia surgiu como um implemento para redução da informalidade na atuação do profissional do direito, como também uma ferramenta para a organização da atividade advocatícia, principalmente naquilo que abrange aos primeiros passos do advogado recém formado no mercado.

Com o procedimento de constituição sendo realizado integralmente no conselho seccional onde o advogado titular for inscrito, conforme resolução 170/16 do Conselho Federal da OAB

Art. 6º O registro do ato constitutivo das sociedades unipessoais de advocacia e o arquivamento de suas alterações devem ser feitos perante o Conselho Seccional da OAB em que for inscrito seu integrante, mediante prévia deliberação do próprio Conselho ou de órgão a que delegar tais atribuições, na forma do respectivo Regimento Interno, devendo o Conselho Seccional, na forma do disposto no art. 24-A do Regulamento Geral, evitar o registro de sociedades com denominações sociais semelhantes ou idênticas ou provocar a correção dos que tiverem sido efetuados em duplicidade, observado o critério da precedência. (CFOAB 170/16)

Dessa forma consideravelmente mais simples além de ser menos dispendioso do que para estabelecer uma sociedade empresarial, ou até mesmo do que uma sociedade de advocacia, a sociedade unipessoal passa a ser um atrativo àqueles que atuam como profissionais liberais que não têm interesse em atuar em conjunto com outros advogados e ainda assim optar por regime tributário diferenciado, que será abordado em capítulo específico.

Para levantamento de alguns dados tomou-se como base a seccional do Espirito Santo para que fosse possível localizar os requisitos para requerer a constituição da sociedade, sendo necessário o preenchimento de um breve formulário com os dados do requerimento e apresentação dos seguintes documentos:

1. Requerimento direcionado ao presidente da seccional, que deverá ser assinado pelo constituinte da sociedade;
2. Duas vias do contrato social, devidamente assinadas, conforme modelo disponibilizado pelo próprio portal;
3. Disposição da razão social, nome do titular e obrigatoriamente a expressão “Sociedade Individual de Advocacia”;
4. Dados e documentos de 02 testemunhas que não apresentem nenhum tipo de impedimento para tanto;
5. Não possuir débitos pendentes com a seccional;
6. Cópias de documentos do titular que lhe comprovem aptidão para exercício da advocacia, bem como cópia do comprovante de pagamento das taxas.

Os requisitos sofrem poucas variações na medida em que se compare os estados da Região Sudeste, a título de exemplo, variando apenas a quantidade de cópias dos atos a serem apresentados quando analisados São Paulo e Espirito Santo.

Nessa região haverá diferenciação no processo de requerimento apenas em Minas Gerais, onde o advogado deverá previamente registrar-se em uma plataforma que unifica dados da junta comercial do estado e também da Receita Federal, para posterior protocolo de seus atos constitutivos junto à seccional mineira.

**2. ADESÃO AO SIMPLES NACIONAL COMO REGIME DE TRIBUTAÇÃO MAIS ADEQUADO.**

Durante a formalização da personalidade jurídica, uma empresa pode adotar até três tipos de regimes jurídicos de tributação, sendo estes responsáveis pela forma que a empresa recolherá seus tributos e por vezes definindo alíquotas taxas diferenciadas, levando em consideração à atividade ou o rendimento que esta empresa possa ter.

Existem assim três regimes diversos de tributação, o lucro real, lucro presumido e o simples nacional.

O lucro real é um regime que obrigatoriamente será utilizado por empresas de grande porte com faturamento anual superior a R$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais), dentre outras características, sendo opcional para outras sociedades, podendo ser definido como:

A palavra “real” é utilizada em oposição ao termo presumido, com principal objetivo de exprimir o que existe de fato, verdadeiramente, no sentido de ser aceito para todos os fins e efeitos de direito. A apuração do lucro real envolve maior complexidade na execução das rotinas contábeis tributárias, para a completa escrituração das atividades e posterior apuração do lucro real, que é a base de cálculo dos tributos como IRPJ e CSLL das empresas que não podem ou não querem optar pelo lucro presumido. Para que o resultado seja apurado corretamente, o contador deve adotar uma série de procedimentos corriqueiros no ambiente profissional, como a rigorosa observância aos princípios contábeis, Constituição de provisões necessárias, completa escrituração fiscal e contábil, preparação das demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados do Exercício – DRE, balancetes) e livros (livro de apuração do Lucro Real – LALUR, Entrada e Saída e Livro Registro de Inventário). (SANTOS, 2008)

Assim este regime não se mostra adequado ao perfil do advogado recém formado, principalmente pela gama de pontos a serem observados, que terá extrema necessidade de acompanhamento de um profissional da área contábil, além de não serem estipulados por si só nesse modelo nenhuma forma de redução de alíquotas aplicadas.

Por conseguinte tem-se o lucro presumido, atendendo a empresas com rendimento anual inferior ao piso do regime anterior, que terão alíquotas de alguns tributos determinadas pela Receita Federal.

O lucro presumido é uma segunda forma para aplicar a tributação nas empresas. Tendo como limite máximo o faturamento de R$ 48.000.000,00, a empresa poderá optar pela tributação pelo Lucro Presumido, onde se presume que a empresa, conforme sua atividade econômica, tem uma porcentagem pré-fixada pela Receita Federal que será o seu lucro, e sobre esse valor serão calculados o IRPJ, o adicional do IRPJ e a CSLL. (ZANATA, 2015)

Conforme seu título autoexplicativo, nessa forma haverá tributação sob aquilo que a empresa espera ter de lucro, tomando como base de cálculo determinado período de atuação. Essa modalidade, apesar de ser utilizada em alguns casos, não se enquadra no objetivo de suporte ao recém ingresso, quando as receitas são muito variáveis, podendo a partir de certos rendimentos ser considerado uma boa opção.

Por derradeiro tem-se o Simples Nacional, que desde 2015 passou a permitir a inclusão de escritórios de advocacia em sua base, ante a equiparação destes a empresas de pequeno porte e micro empresas, que basicamente retrata o valor de receitas anuais auferido pela empresa, portanto nesse regime se enquadrarão sociedades com rendimento anual de até R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

O Simples Nacional traz à empresa a possibilidade de acesso à alíquotas reduzidas com a união de até 08 tributos, quais sejam IPI, ICMS, ISS, IRPJ, PIS, Cofins, CSLL, e por vezes INSS patronal. Com isso a partir de uma única guia o administrador poderá cumprir com suas obrigações perante o Fisco, tendo como base de cálculo não o lucro da empresa e sim seu faturamento anual, conforme redação do art. 13 da Lei 123 de 2006:

Art. 13. O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes impostos e contribuições:

I - Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ;

II - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;

III - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;

IV - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;

V - Contribuição para o PIS/Pasep, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;

VI - Contribuição para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, exceto no caso das pessoas jurídicas que se dediquem às atividades de prestação de serviços previstas nos incisos XIII a XXVIII do § 1º e no § 2º do art. 17 desta Lei Complementar;

VII - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;

VIII - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

Para que seja realizado o cadastro da sociedade no regime do Simples Nacional é necessário o cadastro no portal eletrônico da Receita Federal e registra-la com o CNPJ da sociedade e CPF de seu responsável, certidões de regularidade fiscal aguardar avaliação do sistema, que irá emitir uma notificação no caso de irregularidade. Inexistindo restrições o requerente já estará cadastrado no regime diferenciado.

Assim, com a publicação da Lei Complementar 147 de 2014, houve a possibilidade da Sociedade de advocacia aderir ao sistema do Simples Nacional e posteriormente com o implemento da Lei 13.247 de 2016, sociedades unipessoais de advocacia passaram a ter a faculdade de adesão ao regime diferenciado, o que segundo propõe a OAB seccional São Paulo, deverá atrair mais pessoas à regularização de seis escritórios.

A adesão ao Simples Nacional contempla um corolário de vantagens e desvantagens. A priori, numa análise dedicada às faixas iniciais de faturamento, realidade da maioria das sociedades de advogados, o Simples Nacional oferece maiores ganhos tributários quando comparados ao Lucro Presumido, especialmente numa faixa pouco acima da mediana da tabela do anexo IV conforme abordamos em tópico anterior.

A opção pelo Simples deverá estimular o exercício da profissão e o surgimento de novas bancas, além de possibilitar que muitos profissionais que trabalham por conta própria se organizem em forma de sociedade. (OAB-SP, 2014)

As redução de custos tributários é expressiva quando comparada ao regime do Lucro Presumido, além da praticidade de realizar o recolhimento através de apenas um único pagamento.

Dessa forma, aquelas sociedades que possuírem faturarem anualmente até R$ 3,6 milhões de reais, arcarão com alíquotas que orbitarão entre 4,5% e 16,85%, sendo que aquelas que faturarem até R$ 180 mil reais estarão sempre sobre a incidência da menor alíquota.

A título comparativo, tomando como referência o advogado autônomo que porventura tiver o faturamento de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) deverá recolher a título de Imposto de Renda pela tabela progressiva o valor de R$ 7.380,00 (sete mil trezentos e oitenta reais), cadastrando-se no Simples, com alíquota de 4,5%, seu recolhimento seria de R$ 1.350,00 (mil trezentos e cinquenta reais), valor que inclusive contemplaria demais tributos.

**3. VANTAGENS E OBSTÁCULOS DA FORMALIZAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA**

Conforme já explanado nos tópicos anteriores, o processo de constituição ocorre de forma simples e quase que integralmente dentro da própria OAB, onde se presta todo suporte e orientação através de seus canais de comunicação.

Porém, ao passo que a possibilidade de constituir sociedade com apenas um advogado é uma novidade em nosso ordenamento jurídico e consequentemente existe pouco, ou quase nenhum, material acadêmico informativo sobre o tema acaba por inibir a busca pela adequação ao novo modelo.

Importante levantar a questão de que muitos advogados preferirem pela atuação informal, na modalidade de profissional liberal, por considerar cômodo não emitir guias de pagamento ou até mesmo não prestar contas de seus rendimentos incidindo na evasão fiscal, podendo esta ser conceituada como:

Tem-se por evasão fiscal a prática, concomitante ou posterior à incidência do fato imponível, a qual se utiliza de formas defesas em lei (simulação, fraude ou sonegação) para se esquivar de pagar tributos.

(OLIVEIRA, Elisão, Evasão e Planejamento Tributário.)

Ademais, os benefícios de regularização de uma personalidade jurídica vão além da redução da carga tributária, ao passo que sua formalização pode fazer surgir uma série de facilidades que não são disponibilizadas à pessoas físicas.

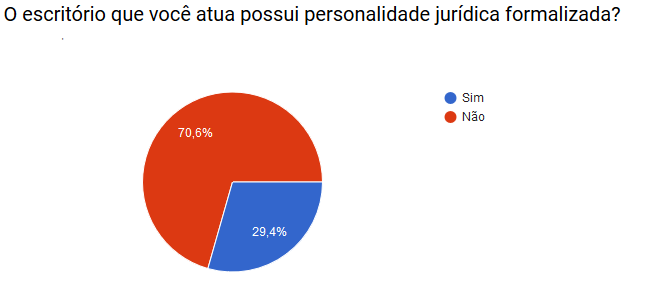
Podemos elencar algumas como facilidade de obtenção de crédito, muitas vezes até mesmo sem comprovação de renda; com a separação de patrimônio da sociedade e sócio além de melhor controle financeiro, a responsabilização de atos relacionados à atividade desempenhada não atingirão diretamente o sócio; Havendo necessidade poderá ser realizada contração de funcionários devidamente registrados e regulares, além de viabilizar o recolhimento de contribuições com o INSS; dentre muitas outras questões que podem ser suscitadas.

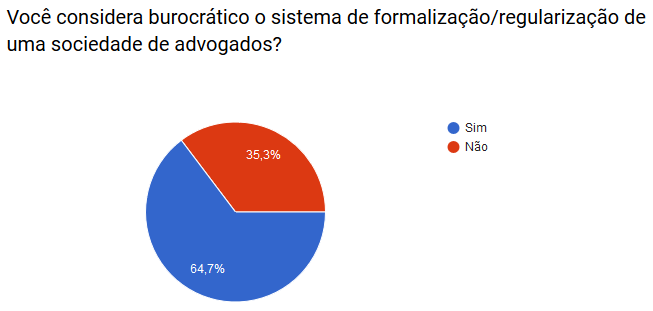
Porém ainda que existam diversas medidas que de incentivo à regularização da sociedade, muitos profissionais persistem na atuação de maneira irregular, principalmente por não haver, por parte da OAB, obrigatoriedade dessa formalização, tornando pertinente um estudo que avalie as causas e consequências da irregularidade.

Para levantamento de dados relacionados ao tema, foi proposto questionário à comunidade profissional, buscando direcionamento à jovem advocacia e também questionando suas preferências do modo de organização de sua atividade advocatícia.

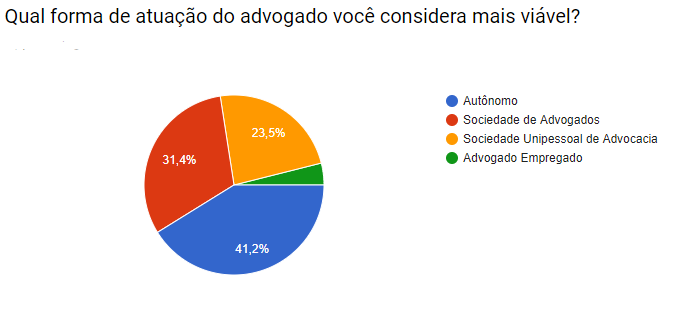
A composição de questionamentos retratou a hipótese inicial que motivou a pesquisa fazendo um levantamento sobre a situação atual do escritório onde o entrevistado desempenha suas atividades, sua percepção em relação ao instituto da sociedade unipessoal de advocacia e em sua opinião pessoal qual seria a melhor forma de atuação.

Esta breve pesquisa realizada com advogados em atuação a menos de 05 anos foi possível notar que aproximadamente 64% consideram o processo burocrático e, apenas 29% dos participantes em início de carreira possuíam seu escritório formalmente registrado nos termos do estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e consequentemente acabam por atuar sem a formalização do escritório ou como profissional liberal.





Ademais, com base nos dados levantados foi possível observar que quase metade dos participantes consideram a atuação como autônomo a forma mais viável para desempenho da profissão.



Essa análise coloca em questão o próprio interesse do recém ingresso em se informar sobre as opções de enquadramento que a legislação lhe oferece, visto que na maior parte dos conselhos seccionais trata-se meramente de um procedimento administrativo.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A implementação da Sociedade Unipessoal de Advocacia inaugurou uma nova forma de atuar para o advogado, diminuindo os efeitos do que para muitos é uma das maiores dificuldades de empreender no Brasil, a carga tributária.

A Ordem dos Advogados do Brasil reconhecendo que a realidade da atuação do advogado entende que é necessário criar medidas que facilitem e a permanência de profissionais no mercado. Os esforços empenhados na busca pela possibilidade de inclusão de escritórios de advocacia na base do Simples Nacional revelou esta preocupação, resultando na resolução 170/16 do Conselho Federal.

Contudo mesmo decorridos quase 3 anos desde as mudanças promovidas, seja pelas legislações pertinentes ou resoluções da OAB, a ideia de formalização e regularização de quadro societário não tem se mostrado atrativa aos profissionais da área, ou pelo menos não tem sido demonstrado interesse pela categoria.

A nova modalidade permite que o recém ingresso tenha uma personalidade jurídica, desempenhando atividade advocatícia, sem compartilhar a administração da sociedade e com isso possa atuar como uma empresa. Usufruindo de benefícios como a separação de patrimônio, que blinda até certo ponto os bens do advogado, na medida que quem passa a responder pelas obrigações é o escritório; possibilidade de comprovação de renda; e principalmente a possibilidade de redução drástica nos custos tributários.

No decorrer do processo de pesquisa foi alegado por muitos as questões burocráticas inerentes ao tema como empecilho à sua adesão, no entanto a realidade dos procedimentos de constituição da sociedade unipessoal revela um contexto diferente das alegações, haja vista que o objetivo principal objetivo é tornar acessível, rápido e prático a constituição da sociedade.

Bastando, na grande maioria dos casos, apenas apresentação de documentos básicos e requerimentos à seccional competente para posterior registro do CNPJ na plataforma do Simples Nacional.

Isto posto, ao questionamento levantado sobre as dificuldades para formalização de personalidade jurídica encontradas pelo advogado em início de carreira ocorrem meramente pela falta de interesse no tema e se agrava pelo fato de haver produção científica e informativa relacionada ao tópico.

Dessa forma podemos concluir que a pouca informação e publicidade torna impopular e esconde as vantagens de se ter um escritório regular e assim gozar de benefícios propiciados pela possibilidade de praticar a elisão fiscal e assim reduzir custos internos.

É oportuno ressaltar que a permissão para realização de elisão fiscal não é ato ilegal, haja vista que ela decorre de lei, pela intenção do legislador em conceder benesses fiscais a determinada categoria ou contribuinte, além da Lei do Simples Nacional podemos elencar outros diplomas legais como a Lei 11.196/05, que dispõe regime diferenciado para exportação de serviços de tecnologia da informação; ou a Lei 12.715/12 que autoriza dedução de até 1% do IRPJ de empresas tributadas pelo Lucro Real que prestem auxilio a entidades filantrópicas destinadas a apoio a tratamentos oncológicos; dentre outras, em todas as esferas da administração pública.

Certo é que, no cenário atual, se torna fundamental para o jovem advogado estar alinhado não só com as mudanças relacionadas aos seus clientes, mas principalmente com aquelas que possam lhe trazer economia de custos e tempo, além de simbolizar um novo mercado de atuação, haja vista o desconhecimento ou desinteresse de muitos por temas correlatos a este.

**REFERÊNCIAS**

ALBUQUERQUE, Jessica Loiane de Oliveira; DOROTEU, Leandro Rodrigues. *O Enquadramento da Sociedade Unipessoal de Advocacia na Sistemática do Simples Nacional.* 2016. Disponível em <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao2/article/view/709>. Acesso em maio de 2019;

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil***.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988;

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 147, de 7 DE Agosto de 2014. *Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nos 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/LCP/Lcp147.htm>. Acesso em Agosto de 2018;

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Lei nº 8.906, de 4 de Julho de 1994. *Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/Leis/L8906.htm>. Acesso em Agosto de 2018;

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002. *Institui o Código Civil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em Agosto de 2018;

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Lei nº 13.247, de 12 de Janeiro de 2016. *Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 - Estatuto da Advocacia*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13247.htm>. Acesso em Agosto de 2018;

COELHO, Fabio Ulhoa. *Manual de Direito Comercial: Direito de Empresa*. 23 ed. São Paulo. Saraiva. 2011;

CUNHA, Roberto Santos. *Os benefícios e inovações trazidas pela Sociedade Individual de Advocacia – Breves Considerações*. 2017. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI259453,51045-Os+beneficios+e+inovacoes+trazidas+pela+Sociedade+Individual+de>. Acesso em julho de 2018;

JUNIOR, José Carlos. *Como Escolher o Regime Tributário Para Sua Empresa*. Disponível em: <https://conube.com.br/blog/regime-tributario>. Acesso em fevereiro de 2019;

OCKÉ-REIS, Carlos Octavio et al, *Regime Fiscal Dos Estabelecimentos e Empresas de Planos e Seguros Privados de Saúde – Legislação Fiscal, Mensuração dos Gastos Tributários, Relações com a Política Fiscal, Impactos Sobre a Equidade e Relações com a Regulação*. 2015. Disponível em: <https://saudeamanha.fiocruz.br/wp-content/uploads/2016/12/relatorio-final-0-regime-fiscal-planos-privados.pdf>. Acesso em fevereiro de 2019;

OLIVEIRA, Nilo Junior. *Elisão, Evasão e Planejamento Tributário*. São Paulo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC SP. Disponível em: <https://www.unaerp.br/documentos/1499-433-1508-1-sm/file>. Acesso em Maio de 2019;

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – CONSELHO FEDERAL. Provimento nº 170 de 2016. *Dispõe sobre as sociedades unipessoais de advocacia*. Disponível em: <https://www.oab.org.br/content/pdf/legislacaooab/regulamentogeral.pdf>. Acesso em Fevereiro de 2019;

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_– SECCIONAL ESPIRITO SANTO. *Constituição de Sociedade Individual de Advocacia*. Disponível em: <http://www.oabes.org.br/sociedade-de-advogados/constituicao-de-sociedade-individual-de-advocacia>. Acesso em 03 de junho de 2019;

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ – SECCIONAL MINAS GERAIS. *Registro de Sociedade, alterações contratuais e distrato de sociedade.* Disponível em: <http://www.oabmg.org.br/sociedade/home/cadastrodesociedade>. Acesso em Maio de 2019;

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_– SECCIONAL SÃO PAULO. *Instruções Para Constituição de Sociedade Individual de Advocacia – Lei Nº 13.247/16* Disponível em: <http://www.oabsp.org.br/comissoes2010/sociedades-advogados/sociedade-individual-de-advocacia/instrucoes>. Acesso em Junho de 2019;

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_– SECCIONAL SÃO PAULO. *O simples nacional e a lei complementar 140/2014.* Disponível em: <http://www.oabsp.org.br/noticias/galeria-de-fotos/palestra-de-afif-domingos-sobre-o-supersimples/cartilha-do-supersimples>. Acesso em Junho de 2019;

RECEITA FEDERAL. *Simples Nacional*. Disponível em <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/> Acesso em Abril de 2019;

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. *Simulação de Alíquota Efetiva - IMPOSTO DE RENDA 2019*. Disponível em: <http://www26.receita.fazenda.gov.br/irpfsimulaliq/private/pages/simuladoraliquota.jsf> Acesso em Junho de 2019;

SEBRAE. *Planejamento Orçamentário – Opções de Tributação*. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/opcoes-de-tributacao,cb4c6e69cfb56410VgnVCM2000003c74010aRCRD>. Acesso em Outubro de 2018;

ZANLUCA, Júlio César. PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO. Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br/planejamento.htm>. Acesso em Junho de 2019.

1. Acadêmico do 10º Período do Curso de Direito do Instituto Ensinar Brasil – Doctum Vitória-ES; E-mail: felipe.rosado@outlook.com [↑](#footnote-ref-1)
2. Professor Universitário, Juiz de Direito; E-mail: prof.pccarvalho@gmail.com [↑](#footnote-ref-2)
3. Professora Universitária, advogada, Mestre em Direito e Garantias Fundamentais Constitucionais pela Faculdade de Direito de Vitória-ES (FDV); E-mail: mriosmarttins@terra.com. [↑](#footnote-ref-3)